



XX Colóquio Internacional de Gestão Universitária - CIGU 2021

*Universidade frente aos desafios da Pandemia:
Cenários Prospectivos para a Gestão Universitária*

Evento virtual
24 e 25 de novembro de 2021
ISBN: 978-85-68618-08-0



PRODUTIVISMO NAS UNIVERSIDADES: A AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DA LÓGICA NEOLIBERAL PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR

GEORGIA CAROLINA CARVALHO MARTINS

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

georgiam@unicamp.br

CARLA CAROLINA DIAS DE OLIVEIRA

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

carlac.diasoliveira@gmail.com

THIAGO HENRIQUE ALMINO FRANCISCO

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

proftf@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre o produtivismo acadêmico aplicado na lógica das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas brasileiras a partir de 1977, com a nova política de avaliação de pós-graduação instituída pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Partindo do conceito de trabalho produtivo e reprodutivo, pretendemos estabelecer uma relação entre a lógica produtivista neoliberal aplicada à universidade enquanto organização e a estreita relação com a política de avaliação no Brasil. Dessa forma, o fio condutor da argumentação propõe acompanhar a construção histórica da universidade, ressignificada sob o sistema capitalista neoliberal e gerida por instrumentos de avaliação quantitativa que atendem uma concepção mercadológica de educação. Para embasar esta reflexão, a metodologia se desenvolve baseada em historicizar o objeto (universidade) e a partir de análise bibliográfica. Como resultados preliminares, o texto traz uma análise referenciada pela bibliografia sobre a sociedade do conhecimento com reflexões sobre a lógica capitalista mercadológica de produtividade em ambiente acadêmico e as interfaces com a avaliação, vista como instrumento a serviço desta lógica.

Palavras chave: Universidade; produtivismo; avaliação; neoliberalismo.

1. INTRODUÇÃO

Refletir sobre o trabalho acadêmico no século XXI é se deparar com duas questões centrais: de um lado a lógica capitalista neoliberal, aplicada ao labor do fazer intelectual, juntamente com os instrumentos utilizados para como mecanismo de coação e barganha para gerenciar estes processos e do outro, as avaliações quantitativas aplicadas como métricas do bom pesquisador docente. No contexto brasileiro a lógica produtivista que argumentamos neste trabalho é mais presente em instituições públicas.

Ser Universidade no século XXI é viver em um eterno jogo comparativo entre pares nas listas de X melhores universidades do avaliador Y. Ou se digladiar pelos recursos de agências de fomento no qual o peso final é para quem recebe o recurso e, muitas vezes, quem publica mais. Nas instituições, não raro, a quantidade de publicação por ano está intimamente relacionada à progressão de carreira em detrimento às outras atividades da carreira docente como ensino e extensão.

Assim, qual a função da Universidade pós século XX? Ainda é ser um centro onde interessados em ensino se reúnem? Para responder, é necessário historicizar o objeto Universidade e compreender o processo que levou o espaço acadêmico adquirir a lógica produtivista capitalista neoliberal. Qual o papel da avaliação para manter essa lógica funcionando? Traçar uma linha lógica de raciocínio para a compreensão desses questionamentos com base sólida e elaboração da problemática são os objetivos deste trabalho.

Quanto à metodologia, foi realizada revisão histórica e bibliográfica sobre o tema que permitiram a produção de reflexões sobre as interfaces da Universidade, a lógica produtivista do século XX, os instrumentos que fomentam o *modus operandi* que se instalou e as avaliações quantitativas sobre a produção intelectual. O trabalho foi montado nas seguintes etapas, a primeira localiza o objeto Universidade quanto sua historicidade, a segunda seu diálogo com o século XX e o capitalismo neoliberal, a terceira a interface com o instrumento de controle da engrenagem, ou seja, a avaliação e, por fim, as considerações finais.

2. O OBJETO UNIVERSIDADE SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Para os historiadores medievalistas é consenso que a criação das Universidades¹ data da Idade Média (séculos XII - XIII), ou seja, a sistematização de uma organização dedicada ao ensino, Haskins (2015) e Verger (2002). Segundo Haskins, persistem tradições medievais na compreensão contemporânea de Universidade, bem como a própria palavra universidade que remete a associação de mestres e estudantes com objetivo comum: a dedicação aos estudos; os primeiros currículos organizados e os graus de formação acadêmica (bacharel, mestre, doutor); a estruturação enquanto um corpo organizacional e a atividade: formação e investigação.

Outro aspecto importante destacado por Verger (2002) no verbete sobre Universidade no “*Dicionário Temático do Ocidente Medieval*” é quanto a função social destas organizações, atender a uma demanda de uma elite culta crescente, e uma via de promoção individual. As cidades medievais no período da Baixa Idade Média eram centros de atividade e vida intelectual, pois se tornaram centros atraentes para nobres e mercadores, Verger (2002). Quanto à metodologia, a Universidade medieval se baseava na (*lectio*), e interpretação e debates (*disputatio*) - dialética. A divisão quanto à estrutura de conhecimento mantinha-se a tradição carolíngia: o *trivium* (gramática, retórica e lógica) e o *quadrivium* (aritmética, geografia, astronomia e música). Ao pensamento, o nascimento da Universidade está atrelado a

¹ Como definiu Bianchetti (2017) - contexto do mundo ocidental judaico cristão, as universidades surgiram na Idade Média na Europa.

escolástica² (conciliar a fé cristão a uma metodologia racional por meio da dialética), como salienta Alessio (2002).

Nascidas conjuntamente, a Universidade e a escolástica estão ligadas uma à outra: a Universidade é o corpo fechado constituído pelos mestres e a escolástica é o ensino magistral que a Universidade tem por função proporcionar. Vivem uma para outra: não há Universidade sem escolástica, nem escolástica sem Universidade. Depois de séculos de implantação na Europa (com 70 sedes universitárias no fim do século XIV), elas se confundem também em seu declínio comum: o humanismo que se afirma a partir do século XV é uma cultura livre, radicalmente antiescolástica e estranha à instituição universitária. (ALESSIO, 2002, p. 367)

O campo de efervescência do espaço, mesmo sob controle dos olhos ávidos da igreja papal, das Universidades possibilitou o surgimento e disseminação do pensamento que culminou na ascensão da Renascença Humanista salientada por Alessio (2002). Na historicização da Universidade, este processo resultou em um segundo momento para a estruturação da organização sob as lentes do Iluminismo a partir do século XVII, quando datamos o surgimento da Universidade moderna em que a ciência oficial se pretendia neutra pelo empirismo e racionalismo Bianchetti, (2017).

Esse período histórico é marcado por disputas no campo da teoria eclesiástica. No período das Reformas Religiosas e Contrarreforma, figuras como Lutero (1483-1546) e João Calvino (1509-1564), esse movimento no campo das igrejas influi diretamente na área educacional e nesse caso regional, como salienta Bianchetti, (2017). Países como os Ibéricos e América Ibérica com maior influência católica permanecem com forte influência monástica, já a Igreja Anglicana e Luterana ocupam a América do Norte que passa a ser chamada de América Inglesa.

Para compreensão dos dois próximos modelos de Universidade, torna-se imprescindível referenciar os processos históricos que marcaram esse período e influenciam diretamente a chamada Universidade Moderna: Revolução Francesa (1789), traz o debate do caráter público e laico da Universidade Chauí (2003), Revolução Industrial (século XVIII) demanda utilitarista para o campo, produção de corpo profissional. Esse processo ficou conhecido como a formação dos Estados-Nação (início do século XIX), as unificações europeias deram origens aos estados contemporâneos, para esses movimentos o ideário de nacionalidade é uma ferramenta forte para ser construída e a Universidade é um meio para o fim.

Os dois grandes expoentes são de um lado o modelo alemão-humboldtiano e de outro francês-napoleônico. O modelo humboldtiano busca em Kant (1724-1804) suas bases, principalmente na obra *O conflito das Faculdades de 1794*, como descreve Silveira e Bianchetti (2016) ele argumenta na distinção do uso privado da razão e do uso público e trabalha para conciliar autonomia do saber com a obediência ao Estado, Silveira e Bianchetti (2016). Assim:

[...]o modelo humboldtiano assume a universidade como uma instituição que goza de autonomia relativa na produção do conhecimento, em relação estreita com os interesses do Estado, tendo a ciência como a força unificadora de que o Estado necessita para legitimar o projeto de nacionalidade”. (SILVEIRA E BIANCHETTI, 2016, p. 84)

Os interesses do Estado eram a primeira tarefa da Universidade humboldtiana a segunda era a promoção do desenvolvimento da ciência. Como destaca Pereira (2009) uma dupla formação, objetiva para a ciência e subjetiva moral.

² Segundo o dicionário Oxford, Escolástica: pensamento cristão da Idade Média, baseado na tentativa de conciliação entre um ideal de racionalidade, corporificado esp. na tradição grega do *platonismo* e *aristotelismo*, e a experiência de contato direto com a verdade revelada, tal como a concebe a fé cristã; escolasticismo.

Já o modelo francês buscou, principalmente, em Descartes (1596-1650), seu ideário de Universidade,

[...]enfazando o caráter instrumental da universidade como instituição própria do saber objetivo e provedora de forças profissionais que, em termos teóricos e práticos, teria como meta a ordem e o progresso, por meio do domínio e da instrumentalização da natureza. (SILVEIRA; BIANCHETTI, 2016, p. 86)

Este modelo se caracteriza por atender as necessidades de mão de obra, instrumentalização da Universidade pelo Estado e por uma classe dominante como ressalta Silveira e Bianchetti (2016). Com as Reformas Napoleônicas da educação tornaram a Universidade um instrumento de controle, tinha a função de difundir a doutrina, sendo um centro irradiador do ideário napoleônico.

Pereira ainda aponta o paradoxo em Humboldt, a finalidade do seu modelo é o enriquecimento moral da Nação e do indivíduo, mas prevalece sob o francês por ter ênfase utilitarista. A Universidade contemporânea ainda possui características dos postulados de Humboldt.

Os princípios essenciais postulados por Humboldt – de forma geral, até hoje defendidos como formulações que dão à universidade seu caráter próprio – são essencialmente: a formação através da pesquisa; a unidade entre o ensino e pesquisa; a interdisciplinaridade; a autonomia e a liberdade da administração da instituição e da ciência que ela produz; a relação integrada, porém autônoma, entre Estado e Universidade; a complementaridade do ensino fundamental e médio com o universitário. (PEREIRA, 2009 p. 31)

Uma terceira via surge, pós anos 1960, o modelo norte-americano de Universidade, que segundo Silveira e Bianchetti (2016) rompe com a tradição de forma que apenas a elite, mostra-se como uma instituição com caráter democrático e visa as potências para o progresso da sociedade americana. O foco principal é o interesse econômico utilitarista da ciência, os ideais de ensino e pesquisa convergindo para o progresso econômico da sociedade americana. Ocorre uma mudança no sentido da produção universitária.

O tempo da produção do conhecimento muda com a advento de tecnologias e o próprio progresso das ciências e com ele a função do conhecimento da sociedade capitalista pós século XX também. Para Bauman (2009), a educação é um produto para ser consumido rápido ou para ser jogado fora, uma vez que na sociedade líquida o tempo é outro e a lógica de produção é outra. Se a lógica de produção é outra, é por atender outros interesses, como traduz tão precisamente o professor Dias Sobrinho (2005) em suas palavras:

No passado, a universidade foi pensada por intelectuais do peso dos Humboldt, Kant, Fichte, Karl Jasper, Heidegger, só para citar alguns alemães. Hoje, quem diz para os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento o que deve ser uma universidade são os economistas e funcionários do Banco Mundial, do BID, do FMI, da OCDE, da COM e, nos âmbitos nacionais, técnicos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. (DIAS SOBRINHO, 2005 p.

3. METODOLOGIA

O enquadramento metodológico desta pesquisa é quanto a natureza de seu objetivo descritivo, já que tem por finalidade apresentar uma reflexão teórica a partir de historicização do objeto. Concomitante, orienta-se para a produção de uma pesquisa de natureza teórico conceitual ao apresentar ao final uma revisão de literatura, De-La-Torre-Ugarte-Guanilo, Takahashi e Bertolozzi (2011).

Como referência para determinar o enquadramento metodológico, escrevemos a luz de Gil (2008). Assim a lógica da pesquisa é indutiva, partindo de referencial bibliográfico atrelado

a historicização dos objetos hipóteses e reflexões são formuladas. É por esse aspecto que o artigo aborda o problema de forma qualitativa, tendo também as contribuições de Morgan (1980) como um aspecto estruturante da pesquisa de modo a posicionar o artigo no contexto da visão de mundo interpretativista. Em convergência com as dinâmicas da investigação qualitativa, a visão de mundo escolhida permite que seja valorizada a percepção dos sujeitos, permitindo que o fenômeno possa ser interpretado a partir da vivência do indivíduo em seu contexto. Dessa forma, os resultados seguem a lógica de uma abordagem indutiva, permitindo que as conclusões se refiram apenas ao objeto estudado, mas não impedindo que sofram adaptações à outros contextos.

Quanto à coleta de dados, as fontes são categorizadas como secundárias. Ou seja, artigos que são por natureza fontes secundárias, por terem a prerrogativa de trabalharem as fontes primárias. A abordagem do problema foi quantitativa. O resultado tem características básicas porque procura o ensaio teórico com base em dois instrumentos: historicização e análise bibliográfica. Quanto a taxonomias, a pesquisa segue a abordagem destacada por Souza, Fialho e Otani (2007), já que o estudo é exploratório; pois busca traduzir uma afinidade entre dois construtos que ainda não foram profundamente explorados, buscando também fortalecer a literatura relacionada com a temática; descritivo, já que descreve os desafios e os resultados de um alinhamento que se constrói de maneira sistêmica e partir dos objetivos propostos no artigo.

As reflexões a partir de uma revisão de literatura surgem do campo e serão tratadas a partir da análise de conteúdo, estruturando as respectivas mensagens que emanam das contribuições (Bardin, 1979).

4. RESULTADOS:

Os resultados são apresentados de forma preliminar e divididos em duas propostas de reflexões. Primeiramente, a relação produtivista com ambiente acadêmico pela lógica neoliberal e objetificada pela sociedade do conhecimento e da interface com a avaliação, como instrumento mantenedor desta prática. Como segundo ponto, a métrica da avaliação a partir de indicadores e a apropriação dos mesmos dentro do capitalismo ocidentalizado, em especial nas universidades brasileiras. Destacamos aqui que indicadores são necessários e de grande utilidade, mas observamos que o uso e o significado atribuído aos conceitos no decorrer do tempo-espaço interferem diretamente no quesito da produtividade no ambiente acadêmico.

4.1. Sociedade do conhecimento: reflexões sobre a lógica capitalista mercadológica de produtividade em ambiente acadêmico

Vivemos em um mundo capitalista, pautado em relações de lucro e produtividade, ambiente onde a interdisciplinaridade entre Ciências Sociais e Economia se expressa não somente no campo teórico, como também no campo empírico, na relação entre teoria e crítica. Karl Marx, na Alemanha durante o século XIX em meio à Segunda Revolução Industrial, estabelece alguns conceitos chave, como mais-valia e alienação do trabalhador, para o entendimento das relações de trabalho no mundo que se abre ao modo de produção capitalista pautado na lógica produtivista, em especial na sua principal obra: O Capital.

A questão é que, sendo o capitalismo a essência da economia do século XXI, de uma forma que não é possível conceber uma saída e nem mesmo outras formas de organização econômica, todos os âmbitos da vida do indivíduo também são ancorados em seus ideais, como é o caso da lógica produtivista e que rumo para um processo de homogeneização da mão-de-obra. Ora, o capitalismo é produto da Revolução Industrial, um dos seus ideais é o trabalho produtivo, aquele que tem retorno financeiro em forma de lucro e consumo, e é por isso que essa lógica não se prende apenas ao local de concepção desse modo de produção (indústrias), mas adentra toda e qualquer relação de trabalho, nas suas mais variadas formas e tipos, desde o

braçal até o intelectual, o regulamentado e o informal. Dessa maneira, o trabalho acadêmico também se encaixa na lógica produtivista mercadológica, conforme a definição dada por Marx para trabalho produtivo:

“[...]o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital.” (MARX, 2017, p.578)

Considerando o capitalismo em sua ortodoxia, há elementos centrais que devem estar presentes para que uma formação seja considerada capitalista, ou seja, uma variedade de formas nas quais tais elementos são concretizados ao longo do tempo e do espaço. Defino então os seguintes elementos para constituição do capitalismo: divisão de classe entre proprietários e produtores; mercantilização e comodificação institucionalizadas do trabalho assalariado; dinâmica de acumulação de capital e alocação de mercado dos insumos produtivos e do excedente social, Bianchetti (2017) desenha esse processo no cenário da Universidade na obra “Da Universidade à Commodity cidade ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado”.

Chauí (2003) chama a atenção para a sociedade do século XXI caracterizada como sociedade do conhecimento, no qual o conhecimento e a informação tornam-se o capital e os profissionais envolvidos na sua força produtora.

Ao se tornarem forças produtivas, o conhecimento e a informação passaram a compor o próprio capital, que passa a depender disso para sua acumulação e reprodução. Na medida em que, na forma atual do capitalismo, a hegemonia econômica pertence ao capital financeiro e não ao capital produtivo, a informação prevalece sobre o próprio conhecimento, uma vez que o capital financeiro opera com riquezas puramente virtuais, cuja existência se reduz à própria informação. (CHAUÍ, 2003, p.24)

Entretanto, essas características centrais se relacionam com outros fatores e se manifestam em circunstâncias históricas reais, o que rompe com uma perspectiva de aparente homogeneidade dos indivíduos que estão circunscritos no espaço econômico capitalista, o que passa pelo processo de institucionalização do trabalho livre com base na suposição de que os trabalhadores são livres e iguais, respaldado por ideais liberais, conforme colocado por Fraser e Jaeggi (2020):

Jaeggi| [...] quero salientar que a noção de liberdade num 'duplo sentido' não significa que a liberdade e a igualdade no capitalismo sejam fictícias ou algum tipo de hipocrisia. Essas noções são ideológicas no sentido profundo invocado por Adorno quando disse que ideologias são verdadeiras e falsas ao mesmo tempo. O ponto é a que liberdade e a igualdade são efetivamente realizadas no capitalismo e, de fato, precisam ser realizadas para que o sistema funcione. Ao mesmo tempo, não são realizadas, haja vista que a realidade das relações de trabalho capitalistas parece minar e contradizer essas normas - e não de modo acidental. Fraser| eu diria que o capitalismo realiza interpretações fracas e liberais de liberdade e igualdade, ao mesmo tempo que nega sistematicamente os pré-requisitos sociais para interpretações mais profundas e adequadas, para as quais ele, simultaneamente, convida e, insensivelmente, frustra” (FRASER E JAEggi, 2020, p. 31)

Nesse sentido, a partir da noção de liberdade dentro do capitalismo proposta por Fraser e Jaeggi, além do processo de homogeneização, proponho uma reflexão sobre o ambiente acadêmico.

Os espaços educacionais de ensino superior possuem como tarefa transmitir/produzir o conhecimento, um trabalho que, embora pareça simples, é de extrema complexidade. O ato de escrever em si não uma das tarefas mais fáceis, estabelecer a relação entre signo e significado da forma como o conceito é concebido exige trabalho, clareza e o dom de se colocar no lugar do leitor, do público alvo, o que resulta em um processo de escrita e reescrita constante. Nas palavras de Alcadipani (2011).

“a escrita e o trabalho acadêmico seguem a lógica do artesanato, que é muito diferente da lógica da produção fordista ou toyotista típica do mundo corporativo. A escrita acadêmica envolve, via de regra, a realização de pesquisas, atividade de significativa complexidade.” (ALCAPADINI, 2011, p.345)

Dessa maneira, o tempo de produção de conhecimento e ensino acadêmico não é o mesmo tempo da indústria, seja por discentes ou por docentes. O trabalho de ensinar, pesquisar, elaborar e concluir não dependem de máquinas, ao mesmo tempo que não pode ser estipulado em horas, mas deve ser visto como um processo feito e dependente de pessoas, que acontece na rota do conhecimento, guiado por professores e orientadores. Esse desenvolvimento se torna ainda mais intenso ao se considerar que indivíduos são únicos, pensam, agem e se comportam de maneiras distintas, além da origem escolar de cada um, o que torna complexo estabelecer um padrão de aluno, por mais que o ingresso seja por meio de uma prova de conhecimentos gerais.

Ao adentrar no espaço acadêmico, logo de início o aluno se vê no dever de encaixar sua escrita em um padrão de produção, produto de uma lógica produtivista que atende ao que pode ser chamado de capitalismo acadêmico criado dentro das estruturas neoliberais estadunidenses, mas que se aplicam ao Brasil. Costa e Goulart definem o conceito de capitalismo acadêmico da perspectiva a seguir:

“essa categoria busca identificar as múltiplas formas e significados, por meio das quais comportamentos de mercado e pró-mercado têm sido adotados pelas universidades estadunidenses para criar processos de integração à chamada *nova economia* em busca de fontes alternativas de financiamento.” (COSTA; GOULART, 2018, p. 396)

Entretanto, a noção produtivista adentra o Brasil antes mesmo dos anos 2000, sendo fruto de políticas do final dos anos de 1960 adotadas pela ditadura civil-militar a partir da Reforma Universitária de 1968, que propunha “à legislação do ensino no período militar, na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do ‘máximo resultado com o mínimo dispêndio’ e ‘não duplicação de meios para fins idênticos’” (SAVIANI, 2008, p. 297), além de estabelecer regime de dedicação exclusiva para docentes, atividade de pesquisa vinculada à docência e titulação como fator e índice a ser considerado na progressão de carreira. Ou seja, aquele docente que passa a ter maior número de publicações com o seu nome, mais alto seria o lugar ocupado na progressão.

O cenário de produtividade visto de forma coletiva se agrava ao serem considerados os moldes e critérios de notas e conceitos atribuídos aos cursos de graduação e pós-graduação. Os cursos de graduação são avaliados por notas coletivas advindas da realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) em parceria com o Ministério da Educação (MEC) por estudantes em fase de conclusão de curso de ensino superior para avaliação do ensino em uma determinada Instituição de Ensino Superior. Já os cursos de pós-graduação, são avaliados pelos conceitos estabelecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, cujos critérios são determinados a partir do índice de produtividade de cada programa a partir do trabalho de discentes e docentes integrantes, considerando número de publicações de artigos, livros, participação em eventos acadêmicos, internacionalização, entre outros, o que reforça a imposição de um padrão.

A partir disso, Alcadipani (2011) propõe uma visão mercadológica na relação de ensino e aprendizagem no ensino superior, em que o aluno assume o lugar do cliente e o professor como prestador de serviços a ser valorizado a partir de constantes índices de avaliação de produtividade, algo muito parecido com a lógica do consumo-satisfação, conforme trecho a seguir:

“A academia está prestes a virar fast-food. O modelo gerencial passou a ser visto como a solução para os problemas das organizações educacionais. Começou-se a desenvolver avaliações de desempenho de professores que mimetizam os processos de avaliação de executivos, os planos de carreira estão cada vez mais próximos ao de empresas, os alunos passaram a ser vistos como clientes e os cursos como produtos. Inseridos em tal lógica, professores são premiados ou punidos, muitas vezes, levando-se como fundamento principal a pesquisa da satisfação dos alunos com relação ao curso ministrado pelo professor.” (ACALDIPANI, 2011, p. 346).

O trabalhador universitário está subjugado nesta dinâmica, como os demais trabalhadores, pois tem que atender as demandas do mercado legitimado por esferas institucionais, que utilizam como instrumento a avaliação para garantir eficiência em nome de uma excelência de qualidade às custas do próprio trabalhador. O trabalhador acadêmico acaba consumido pelo próprio produtivismo.

4.2. Interfaces com a avaliação: o combustível do produtivismo acadêmico

O professor enquanto trabalhador universitário, o ensino e pesquisa e a extensão como definido em nossa constituição no artigo 207, contudo e não raro são os trabalhos sobre produzir na academia e índices de publicação. O jornal Folha de São Paulo em 1988 divulgou uma lista com os professores da Universidade de São Paulo (USP) que não publicaram entre 1985/86, episódio que ficou conhecido como a lista dos improdutivos³. A questão da regulação do Ensino Superior data do século XIX no Brasil, com a criação das primeiras universidades. Segundo Zambelli (2009), contudo, a temática da Avaliação do Ensino Superior é mais recente e tem origem em 1977 com a avaliação da pós-graduação instituída pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A CAPES criada em 1950 para apoiar a formação de professores, muda para uma lógica de formação de pesquisadores, durante a ditadura civil militar, gera uma guinada rumo à exigência de produção quantificável.

A ênfase dada, pelo modelo avaliativo do Sistema Nacional de Pós-Graduação, aos indicadores quantitativos e à produção bibliográfica promove uma política centrada na produtividade, trazendo consequências diversas a nível individual e coletivo. O produtivismo acadêmico surge em decorrência da avaliação do SNPG (Sistema Nacional de Pós Graduação). (LIMA E VITULO, 2017, p.16)

Se capitalismo mercantiliza a produção de conhecimento, a avaliação é o principal instrumento de controle para gerir as Universidades. São os processos de avaliação em formato de índices e rankings que determinam a forma de gerir das instituições. Ou seja, a avaliação tornou-se instrumento do produtivismo e um mecanismo de controle para a produção do conhecimento que deve responder, ameaçada por sanções disciplinares, sob a égide da avaliação de qualidade, Schmidt (2011). Esta qualidade é produzida pela valorização da publicação em detrimento de qualquer outra prática prevista para instituição Universidade, como ensino e extensão.

³ SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Avaliação acadêmica, ideologia e poder. *Psicologia Usp*, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 315-334, 10 jun. 2011. FapUNIFESP (SciELO).

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em microorganizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. (CHAUI, 2003, p.24)

A lógica desse tipo de avaliação é quantificadora em detrimento de qualquer outro aspecto de uma avaliação ampla e formativa. Quando falamos neste trabalho em produtivismo acadêmico estamos nos referindo “a uma política de avaliação que contabiliza a produção apenas pelos seus números, um modelo de avaliação que considera somente a quantificação de dados de produção, relacionada a escalas dos veículos em que se publica (A1, B2, etc.)” (KUHLMANN, 2015 p. 841) ou rankings internacionais sistematizados por siglas como os fatores de impacto que calculam produção versus citação, fazendo a cadeia girar. Viver fora dessa lógica, infelizmente, não parecer ser uma opção, viver nessa lógica de forma saudável e primar por trabalhos com substância, feitos no tempo da pesquisa acadêmica, guardada as singularidades de cada campo, parece ser o coro comum em toda a bibliografia.

“A avaliação é um processo aberto à polissemia, mas não deve ser dispersiva. Por isso, a avaliação da educação superior não pode perder o seu foco principal, para também não perder sua eficácia social e pedagógica. Em outras palavras, sua referência central são os papéis essenciais da educação superior. Isto traz o sério problema de enfrentar uma definição ainda que rudimentar a respeito das finalidades e dos papéis essenciais da educação superior – tema também sempre carregado de ideologia e, então, de valores e interesses.” (DIAS SOBRINHO, 2008, p. 194 -195).

A discussão ultrapassa o plano da regulamentação, e a avaliação não é controle, mas o controle faz parte da avaliação Dias Sobrinho (2008).

Para o ciclo avaliativo 2021-2025, a proposta da CAPES é uma avaliação em 5 dimensões: “Ensino e Aprendizagem, Produção de Conhecimento, Inserção Internacional e Regional, Inovação e Transferência do Conhecimento e Impacto na Sociedade”. Contudo, até 2021 o detalhamento desta proposta ainda não está claro para as IES. Existem movimentos independentes como o projeto desenvolvido pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) para estaduais paulistas “Indicadores de desempenho nas universidades estaduais paulistas 2022”⁴

O trabalho desenvolvido pelo grupo do professor Jacques Marcovitch (2019) na Fapesp tem por objetivo adaptar o sistema U-Multirank⁵ para a realidade local, no caso das instituições estaduais paulistas.

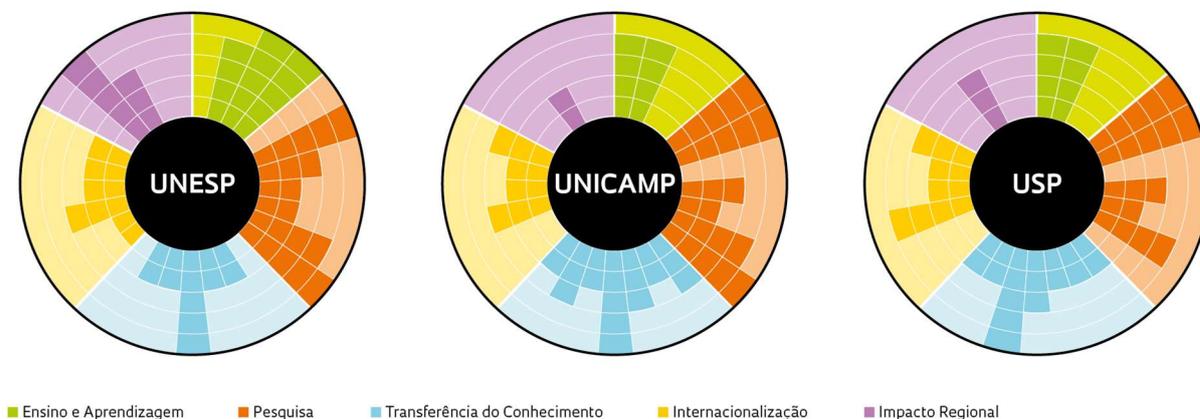
Figura 1. Diagrama do sistema U-Multirank aplicado às universidades estaduais paulistas

⁴ Projeto Indicadores de desempenho nas universidades estaduais paulistas 2022 (nº 19/10963-7); Modalidade Pesquisa em Políticas Públicas; Pesquisador responsável Jacques Marcovitch (USP)

⁵ O U-Multirank é uma abordagem multidimensional e voltada para o usuário do *ranking* internacional de instituições de ensino superior. Ele compara o desempenho das instituições de ensino superior em cinco dimensões: Ensino e aprendizagem; Pesquisa; Transferência de conhecimento; Orientação internacional; Engajamento regional. Com base em dados empíricos, o U-Multirank compara instituições com perfis institucionais similares ("like-with-like") e permite aos usuários desenvolver seus próprios *rankings* personalizados, selecionando indicadores em termos de suas próprias preferências. Pró-reitoria de desenvolvimento universitário - Unicamp (2019).

O impacto das universidades em cores ▲

Nos diagramas abaixo, a metodologia do U-Multirank é aplicada às universidades estaduais paulistas. Cada barra preenchida representa um indicador, como número de artigos, quantidade de formados e patentes em coautoria com empresas. Quanto mais células preenchidas em cada barra, mais próxima a instituição está da excelência



FONTE UMULTIRANK.ORG

Fonte: Diagrama retirado de < <https://revistapesquisa.fapesp.br/avaliacao-em-5-dimensoes/> > , acesso em 18/10/2021.

Na argumentação do professor, para evoluir é preciso medir e o exemplo da Universidade de Utrecht na Holanda, que aboliu totalmente as métricas quantitativas para uma avaliação apenas qualitativa, também seria uma solução inadequada.

[...]vantagens e limites das duas abordagens. “Indicadores bibliométricos são racionais e objetivos, mas eles sabidamente provocam distorções de comportamentos e são incapazes de captar dimensões como a qualidade do ensino na sala de aula”, afirma. Já a análise detalhada da contribuição científica e acadêmica de pesquisadores é mais trabalhosa e impõe desafios complexos. “Naturalmente, isso envolve um processo bem mais demorado e difícil de realizar”, afirma Marcovitch⁶

5. CONCLUSÃO

Como qualquer outra organização social, a Universidade é uma construção histórica inserida na lógica do espaço temporal em que for analisada. O tempo exigido da produção científica acelerou, isso não se discute, contudo, não é a mesma lógica da produção de conhecimento e de consumo da lógica capitalista neoliberal e nem pode ser vista desta maneira. Por mais que a sociedade do conhecimento seja a da Ciência e Tecnologia (C&T), o fazer científico se aproxima mais do artesão do que da máquina, a mente ainda não foi industrializada. Se assim o é, porque os pacotes são fechados em número mínimos de publicação por ano para não ser categorizados como os “improdutivos” em uma resposta ética à sociedade? Porque a lógica aplicada é a mesma das indústrias a eficiência em nome de uma “excelência de qualidade” mensuráveis em índices arbitrários?

A avaliação é um instrumento importante de mudança sócio/institucional, quando é a base para reformas educacionais nas esferas macro e micro da sociedade. Qualquer mudança em uma instituição educacional passa por um processo avaliativo, seja pré ou pós. O tema da avaliação da educação superior toma o cenário das discussões das políticas educacionais no final do século XX movimentado pelo crescimento do segmento e por uma exigência mínima

⁶ MARQUES, Fabrício. **Novas réguas para medir a qualidade**, Revista Fapesp, São Paulo: Fapesp, n.307, 2021, pp.47-51. Disponível em <<https://revistapesquisa.fapesp.br/novas-reguas-para-medir-a-qualidade/>> Acesso em: 18/10/2021.

de padrões de qualidade, conforme Dias Sobrinho (2006). Contudo tem sido utilizada como forma de controle e coação, não apenas selecionando os melhores nos rankings X, mais citados nas listas Y.

Nenhuma das referências lidas apresentam um caminho prático de mudança da conjuntura apresentada, até mesmo por ser algo maior que uma questão nacional. Sugerimos um outro aspecto para chegar a um equilíbrio, trabalhar para que as outras tarefas da docência universitária tenham o mesmo peso que a pesquisa na Universidade, a valorização do Ensino e da Extensão pode ser um caminho. Hoje, para que essas áreas tenham algum peso enquanto produção da docência, devem ser tornar pesquisa, devem ser publicizados para atrair financiamento, para permitir progressão na carreira do docente. Esta proposta poderá ser melhor desenvolvida em trabalhos futuros.

Como resultados preliminares, observamos que há desvalorização da docência e extensão em relação à pesquisa. Em contexto de crise, com a política de desmantelamento de pesquisa no Brasil, em especial a partir de 2016, e agravada pela crise sanitária de Covid-19, outras questões são acentuadas, como por exemplo o fundamento de se manter alto nos rankings para manter financiamento das agências de fomento, ao sucessivos cortes nas políticas de bolsas e nem mesmo reajustes das mesmas. Como consequência, pesquisadores se vêem obrigados a procurar outras formas de se manter além da pesquisa, lidando assim com diferentes pressões. Por fim, com as cobranças contínuas, as métricas localizadas no atual tempo-espço das universidades públicas brasileiras não consideram as diversidades de produção de conhecimento em cada uma das áreas da ciência, o que deixa em evidência a lógica totalizante do capitalismo.

REFERÊNCIAS

- ALCADIPANI, R.. A Academia e a Fábrica de Sardinhas. **Organizações & Sociedade** (Impresso), v. 18, p. 345-348, 2011.
- ALESSIO, Franco. *Escolástica*. In: LE GOFF, Jacques.; SCHIMITT, Jean-Claude (Coord). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Vol. 1. Coord Trad Hilário Franco Júnior. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 367-382.
- BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo Parasitário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. **Da Universidade à Commoditycidade ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado**. São Paulo: Mercado das Letras, 2017.
- COSTA, Camila Furlan da; GOULART, Sueli. Capitalismo acadêmico e reformas neoliberais no ensino superior brasileiro. **Cadernos Ebape.Br**, [S.L.], v. 16, n. 3, p. 396-409, set. 2018.
- DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- _____. Qualidade, avaliação: do sinais a índices. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), [S.L.], v. 13, n. 3, p. 817-825, nov. 2008. (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772008000300011>.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- HASKINS, Charles Homer. **A ascensão das universidades**. Santa Catarina: Danúbio, 2015.
- KANTOR, Iris; MACIEL, Débora A.; SIMÕES, Julio Assis. **A escola livre de sociologia e política: anos de formação 1933-1953-Depoimentos**. 2001.
- KUHLMANN JUNIOR, Moysés. Produtivismo acadêmico, publicação em periódicos e qualidade das pesquisas. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], v. 45, n. 158, p. 838-855, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/198053143597>.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2017.
- MARQUES, Fabrício. **Novas régua para medir a qualidade**, Revista Fapesp, São Paulo: Fapesp, n.307, 2021, pp.47-51. Disponível em <<https://revistapesquisa.fapesp.br/novas-reguas-para-medir-a-qualidade/>> Acesso em: 18/10/2021.
- MELLO, Vico Denis S. de; DONATO, Manuella Riane A.. O PENSAMENTO ILUMINISTA E O DESENCANTAMENTO DO MUNDO: modernidade e a Revolução Francesa como marco paradigmático. **Revista Crítica Histórica**, Alagoas, v. 2, n. 4, p. 248-264, dez. 2011.
- MORGAN, G.; SMIRCICH, L. The case for qualitative research. *Academy of Management. The Academy of Management Review* (pre-1986), v. 5, p. 491, 1980.
- PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. A universidade da modernidade nos tempos atuais. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), [S.L.], v. 14, n. 1, p. 29-52, mar. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772009000100003>.
- SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Avaliação acadêmica, ideologia e poder. **Psicologia Usp**, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 315-334, 10 jun. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-65642011005000017>.
- SILVEIRA, Zuleide Simas da; BIANCHETTI, Lucídio. Universidade moderna: dos interesses do estado-nação às conveniências do mercado. **Revista Brasileira de Educação**, [S.L.], v. 21, n. 64, p. 79-99, mar. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782016216405>.
- SOUZA, Antonio Carlos de; FIALHO, Francisco; OTANI, Nilo. **TCC: métodos e Técnicas**. Florianópolis: Visual Books, 2007.

VERGER, Jacques. Universidade. In: LE GOFF, Jacques.; SCHIMITT, Jean-Claude (Coord). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Vol. 2. Coord Trad Hilário Franco Júnior. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 573-588.